

Aprendendo a discriminar os sinais de manipulação

How to learn to discriminate signs of manipulation¹

Rachel Rodrigues Kerbauy²
*Departamento de Psicologia Experimental
Instituto de Psicologia - USP*

Resumo

Separar o público e o privado pode ser traduzido em discriminar sinais de manipulação que invadem os limites da pessoa e quase obrigam a ações. Falar em manipulação é falar de controle aversivo e do desempenho em presença de um estímulo e não de outro. Em terapia, é necessário verificar se a pessoa emite comportamentos para manipular a si própria, seu terapeuta ou ambos. O critério para aceitar verbalizações e expressões é analisá-las no contexto da sessão e decidir de quem é a motivação ou o ganho de reforçadores, para adotar ou experimentar repertório novo. Não é um jogo de forças. É assegurar, através do controle externo construído pela pessoa, o atingir objetivos escolhidos ligados a reforçadores naturais. Com manipulação, podemos incorrer em reforçadores arbitrários e deixar de ensinar ao cliente como distinguir os estímulos controladores. Na terapia, significa a aprendizagem da habilidade de observação e beneficiar-se por conhecer suas necessidades e não as do controlador.

Palavras - chave: manipulação, controle, reforçamento natural.

Abstract

Today it seems difficult to discriminate between public and private, to discriminate signs of manipulation that invade the limits of the inner person and compel to actions. The starting point is to identify the learning history of the person and if he or she was respected by his ideas, intuitions and theories different from the group. To speak of manipulation is to talk about aversive control. The criterion to accept verbalizations is analyzed in the context of life. The motivation, reinforcement to adopt or try a new repertoire, in therapy, it is decided in each moment. It means to guarantee, through the external control constructed by the person, the way to obtain the internal objectives connected with natural reinforcement. In the case of manipulation the control is based upon arbitrary reinforcement. We need, in therapy, to teach observation that is the way the client has to know, his own needs and not the controller's.

Key words: manipulation, control, natural reinforcement

1. Este trabalho foi reformulado com base na participação na Mesa-Redonda sobre Manipulação do Comportamento, a convite da ABPMC-2001.

2 Endereço para correspondência: rkerbauy@usp.br

Skinner (1989/1991) redefiniu os termos "eu" e "pessoa" considerando os avanços da análise do comportamento. Pessoa seria "o repertório de comportamento que pode ser observado pelos outros e eu os estados internos que acompanham esses comportamentos, sendo observados somente através dos sentimentos e introspecção" (1989/1991, p. 28). Portanto, os estados internos, são conhecidos através do relato da pessoa. O autor salienta serem necessárias contingências especiais para a auto-observação e o nomear estados internos tais como as dicas da comunidade verbal (pois as pessoas perguntam umas às outras sobre o comportar-se), de acordo com um modelo que as leva a descrever seus comportamentos.

A psicoterapia, hoje, tende a incrementar a auto-observação para a pessoa poder relatar o que sente, como aprendeu a sentir-se dessa forma e quais as conseqüências do que faz ou sente. Ensina discriminações sutis do seu próprio comportamento, do comportamento do outro e das conseqüências decorrentes da maior ou menor revelação de si próprio. Especialmente, destaca-se o desenvolvimento da discriminação entre público e privado, da percepção das revelações que trazem benefícios e da aprendizagem de como manipular o outro para fazê-lo comportar-se de certa "boa" forma, ou então perder o controle.

Considero que com essa maneira de aprender a conhecer a si próprio e ao outro, podemos falar da manipulação no "bom e mau sentido". Raramente encontra-se controle positivo, ou seja, liberação de reforçadores, nesse processo de aprendizagem. De fato, é o controle aversivo que "ensina" a pessoa, seja pela remoção do estímulo para fortalecer o comportamento desejado, seja pela punição para suprimir certos comportamentos.

O que é manipulação em situação clínica

Manipulação adequada ocorre quando dispomos as condições para que os comportamentos emitidos sejam controlados por reforçadores naturais ou por reforçadores arbitrários escolhidos (supõe-se que existam alternativas possíveis ou preferidas no momento). Manipulação inadequada ocorre quando se dispõe de condições para invadir os limites do eu do outro, constringendo-o a ações ou revelações muitas vezes não aceitas, quando avaliadas no momento ou posteriormente. Também quando se manipula o outro em benefício próprio.

Falar em manipulação é falar de controle e do aspecto diferencial assumido pela frequência de um desempenho em presença de um estímulo e não de outro. Se pensarmos na pessoa em terapia, é necessário verificar se ela emite comportamentos para manipular a si própria, seu terapeuta ou ambos. O mesmo deve acontecer com o terapeuta. O critério para que ele aceite falas e expressões do cliente é analisá-las no contexto da sessão ou do assunto em curso. Portanto, em terapia, uma questão relevante seria ensinar o cliente a analisar e decidir de quem deve ser a motivação ou ganho de reforçadores em dada situação, para adotar ou experimentar um repertório novo ou manter o antigo. Não é um jogo de forças. É assegurar, através de controles externos, construídos pela própria pessoa, (com auxílio do terapeuta) o atingir objetivos internamente escolhidos e, portanto, ligados diretamente aos reforçadores naturais ou até artificiais, se escolhidos.

De modo que, se o terapeuta dispõe das condições para uma "revelação do eu" (que beneficiará o cliente por auxiliá-lo a conhe-

cer-se), para a identificação de relações organismo-ambiente que existem em sua história de aprendizagem e se essas condições estiverem no “momento certo” (porque o cliente concluiu a partir de análises que vão acontecendo nas sessões), a consequência será um avanço na terapia. O terapeuta ouvirá frases, em sessões subseqüentes de como a terapia está ajudando, a apresentação de fatos novos e assim por diante. É quando dizemos, em jargão clínico, que o cliente cresceu, se

desenvolveu.

Se o “ritmo” do cliente for apressado demasiadamente pelo terapeuta, provavelmente, ele faltará na próxima sessão ou abandonará a terapia. Poderemos fazer conjecturas baseadas em experiência clínica pessoal e minimizar as consequências possíveis de uma revelação prematura. O quadro 1 sumariza uma previsão baseada nessa descrição.

Quadro 1: Prováveis comportamentos do cliente após revelação

| Comportamento | | Consequência | |
|---------------|---|--------------|--|
| Revelação | → Após Análises De Padrões De Comportamento Em Sessões Anteriores | → | Avanço Na Terapia Sr+ Para O Terapeuta Sr + Para O Cliente |
| Revelação | → Fora Do Ritmo Pessoal | → | Cliente Falta À Próxima Sessão |
| Revelação | → Fora Do Ritmo E Com Sanção Social (Terapeuta/cultura) | → | Cliente Falta Ou Abandona A Terapia |

Portanto, quando o clínico dedicado reage a eventos observados, reais e importantes, dando atenção às observações sistemáticas e analisadas, pode auxiliar o cliente a desvendar dimensões complexas que só após muito tempo seriam percebidas e, mesmo assim, em situações especiais. Dessa forma, há uma convergência entre o repertório de comportamento externo e interno e conhecimento das escolhas que o cliente faz em função da sua história de vida, do momento atual e das consequências futuras prováveis.

Como é possível fazer essa previsão? Baseando-se nos princípios do comportamento, na experiência terapêutica e no repertório do controlador e do controlado. A análise fun-

cional do comportamento na clínica implica numa descrição sistemática e detalhada das maneiras de a pessoa atuar no ambiente. São identificadas a história de aprendizagem e a reação às variáveis controladoras nos episódios de interação. O significado comportamental das ações advém dos reforçadores que as mantêm ou da esquiva e fuga que propiciam.

Quando uma revelação envolve comportamentos verbais severamente punidos a ponto de sua freqüência tornar-se reduzida ou temporariamente suprimida, os próprios comportamentos verbais tornam-se estímulos aversivos condicionados. Provavelmente o condicionamento é do tipo respondente:

o falar sobre o assunto foi seguido de estímulos aversivos iguais ou semelhantes ao momento da aprendizagem relatada, na história de vida. Ouvindo seu próprio discurso, a pessoa é punida porque houve pareamento aversivo anterior. Para Ferster, Culbertson e Boren assim como a campanha que precede o choque é estímulo aversivo, “no caso do comportamento verbal os resultados são mais pronunciados porque o locutor está em contato mais íntimo com seu próprio discurso” (1968/1977, p. 194).

O exemplo mais dramático que conheço de manipulação de comportamento que mantém a pessoa no distúrbio, é a enfermeira do hospital psiquiátrico do filme clássico *Expresso da meia noite*. Essa enfermeira conhece bem cada um dos internados e sabe o que dizer ou fazer para obter submissão à “ordem”, segundo sua ótica, e não o desenvolvimento dos internados. Todos nós conhecemos pessoas, na vida diária, que se aproveitam dos distúrbios do outro em benefício próprio. É o caso de espalhar boatos de como tal pessoa é neurastênica, louca, é imprevisível ou nervosa. Geralmente essas fofocas excluem a descrição das condições existentes e do comportamento dos envolvidos; só de um deles são destacadas as ações isoladas, sem descrição do contexto e interações. Sobre fofocas e o noveleiro que gosta de dar notícias, existe o saboroso conto de Machado de Assis (1962) “Quem conta um conto ...” no qual um dos personagens procura a origem da fofoca. O final é surpreendente e serve como lição para o falante e para o ouvinte. Afinal, “quem ganha o que?” é a pergunta que deve ser feita na análise.

Até este momento estou-me referindo principalmente ao terapeuta manipulando condições na sessão de terapia e fornecendo exemplos para esclarecer o que quer dizer. O cliente também manipula o terapeuta. Podemos identificar as tentativas de manipulação quando:

1. O padrão descrito ou demonstrado pelo cliente não é consistente entre sessões.

2. O cliente descreve o que acontece fora da sessão e como ele age, e esses fatos não combinam com seus relatos ou sua expressão de emoção observada na sessão e em descrições anteriores. Muitas vezes, é possível identificar essas diferenças sutis, na sessão, pelo tom de voz e expressões faciais que denotam emoções. Um exemplo disso pode ser identificado num caso clínico: uma cliente relatou que aceitou bem a rejeição de uma amiga, desejou que “ela fosse feliz” mas que não iria contar para sua própria mãe de forma a não decepcioná-la, porque ela gostava muito dessa amiga. Pergunto: decepcionar a quem? À própria cliente ou à mãe? A cliente relatou também que as pessoas percebiam, por suas conversas, que não “estava bem”. Provavelmente faltava a essa cliente entrar em contato com suas emoções, aprender a nomeá-las e... sofrer a perda. Em seguida, caberia reforçar-se por ter emitido um excelente comportamento diante da amiga manipuladora (que solicitava que dissesse alguma coisa ou ficasse brava) quando, pressionada por outra amiga, teve que escolher entre as duas amizades. A terapeuta analisou a mudança de comportamento dos meses anteriores até esse fato e enfatizou o progresso por lidar com pressões desse grupo de amigas. Saliou ainda os reforços naturais advindos de seu novo comportamento, dentre eles a alegria ao relatar, na sessão terapêutica, seu sucesso na interação e por reconhecer que sofreu. A terapeuta escolheu não analisar o quanto e como a mãe diria frases aversivas: “você perde todas as amigas”, “sempre foi assim, você briga e não tem amigas”. Essa análise sobre a reação da mãe a respeito do comportamento da cliente com amigas, foi realizada na quarta sessão posterior a esse evento relatado. O assunto foi iniciado pela cliente e retomado pela terapeuta.

Como sabemos, os principais reforçadores que mantêm o comportamento individual implicam no comportamento de diversas pessoas. Todos nós ouvimos críticas e percebemos sinais de que o comportamento emitido não está sendo reforçado, provavel-

mente não foi reforçado no passado e não o será no futuro. Se analisarmos a situação e identificarmos quem pode liberar reforçadores, a alternativa talvez seja a aceitação desses fatos e a mudança de metas.

Se em vez de criticarmos, sorrirmos, precisaremos analisar: quem está sorridente está reforçando e vai reforçar (será?) o comportamento recém-emitido. Autoridade que sorri é agradável (está reforçando) ou vai criticar (retirar reforçadores)? Segundo Ferster *et al.* (1968/1977), ao se lidar com pessoas por períodos curtos, o efeito “esperado” do sorriso se mantém. No entanto, “a pessoa que tem uma história de ser aversivamente controlada, distinguirá entre os estímulos correlacionados com verdadeiras condições reforçadoras e aquelas que são irrelevantes” (Ferster *et al.*, 1968/1977, p. 203). Pode-se acrescentar que essa pessoa que foi aversivamente controlada, aprende discriminações sutis sobre os comportamentos dos outros, sabendo identificar mudanças mínimas que significam pareamentos com punições ou críticas. Aprenderá a “ler” com muita acurácia a ironia, a manipulação, de forma que possa evitar um comportamento observável, inadequado socialmente e que reforce as fofocas existentes sobre um padrão estranho ... Essa análise precisa ser feita na terapia, pelo terapeuta, a partir da interação estabelecida entre ele e o cliente. É necessário também verificar o quanto a pessoa manipula e também é manipulada. A análise detalhada do que o cliente sente e faz pode auxiliar para uma vida mais confortável.

3. Falta ainda falar da manipulação que o cliente pode fazer através da esquiva. Mudar de assunto, fazer relatos triviais em detalhes, inserir problemas de insônia ou de alimentação inadequada ou então apelar para contar sonhos podem ser exemplos desse tipo de manipulação. Portanto, a dica clara é o terapeuta estar atento para assuntos que incluam história de punição, desaprovação da cultura e o preparar-se para evitar as esquivas possíveis. O terapeuta deve especialmente ana-

lisar o conteúdo desses relatos com ênfase no quando e no porquê foram inseridos na sessão. Também deve analisar qual a função desses relatos naquele momento da vida do cliente e da terapia.

Evidentemente, cabe, ainda, analisar como essa esquiva ou outras semelhantes acontecem na vida fora do consultório e suas conseqüências a longo prazo para o cliente.

O que fazer?

Para desfazer a o pareamento ocorrido na história de punição, é necessário que o desempenho ocorra sem produzir estímulos aversivos condicionados. Já foram apresentados alguns exemplos acima mas convém repetir a análise, sem, no entanto, esgotar o assunto. Como afirma Dinsmoor (1998) o tema da punição é controverso na nossa sociedade. As visões contrastantes dependem de quem a administra e de quem a recebe. Dinsmoor em vários artigos e revistas expôs os resultados de seus experimentos, e em Dinsmoor (1977) respondeu às objeções filosóficas à teoria de esquiva da punição e às controvérsias a respeito desse tema. O autor preocupou-se também com a aplicação prática desses resultados. Considerou que o emprego da punição provoca efeitos indesejáveis e propõe que uma avaliação para reduzir tais efeitos exigiria uma comparação entre esse procedimento e maneiras diferentes de conseguir os mesmos resultados de redução do comportamento. Nomeadamente, comparou o processo de punição com as alternativas de extinção, restrição física, DRO (reforçamento de outros comportamentos), e controle de estímulos, entre outros. A pergunta de Dinsmoor, ao elaborar tais comparações, pode ser entendida da seguinte maneira: “como ficamos hoje, ao tentarmos responder às objeções à punição?”. Portanto, pesquisas sobre punição são necessárias neste tema quase abandonado como bem descreve e propõe Todorov (2001). Esse autor expôs as definições de punição

encontradas na literatura e como esse tema foi tratado pelos autores, ou até mesmo omitido em alguns livros de texto básico sobre análise do comportamento. Todorov (2001) colocou o ponto de vista de Skinner (1953) e a ênfase nos conflitos e respostas emocionais produzidos pela punição.

As contribuições de Dinsmoor e Todorov remetem-nos diretamente ao problema da terapia onde nos defrontamos com os problemas levantados por Skinner (1953/2000). Nesse trabalho, Skinner expõe as implicações da punição e procura explicar por que ela funciona na vida diária. Keller e Schoenfeld (1950/1966), discutindo os experimentos sobre extinção, punição e recondicionamento existentes na época, fizeram um paralelo entre o comportamento de ratos e a conduta humana diária considerando que a desaprovação dos outros pode ser negativamente reforçadora.

“As palavras desapropriadas foram ditas e o mal foi feito; estamos embaraçados e confusos com o resultado. Estamos ‘emocionalmente descontrolados’ e procuramos fugir dessa provação (assim como o rato geralmente tenta escapar de sua câmara) por um ou outro meio. Se, as tentativas falham, só resta enfrentar a situação, mas durante certo tempo, depois do faux pas, e mesmo quando a desaprovação já não é visível, nosso comportamento pode ficar seriamente diminuído (assim como o rato precisa de tempo para recuperar-se do choque). Se escaparmos da situação embaraçosa é só nela entrar novamente para re-experimentar o desconforto que causou...”

Continuam analisando o tema e concluem que os efeitos da punição tendem a ser temporários. Acrescento que continuam a ser

desconfortáveis. Os autores afirmam que “o *expor-se repetidamente à situação ou expressão vocal de palavras previamente ‘punidas’ causará, com o tempo, o desaparecimento do distúrbio*” e comparam essa descrição com os resultados obtidos no experimento com ratos.

Em terapia um dos recursos disponíveis é analisar o ambiente para identificar reforçadores, uma vez que reforçamento parece ser mais eficiente do que punição para construir repertórios complexos. A partir de análises de atividades que estão sendo exercidas, que já o foram, ou que a pessoa gostaria de instalar, inicia-se um trabalho clínico. Neste caso, trata-se também de alterar a função dos eventos privados através de menor ênfase nas razões e emoções apresentadas e estabelecer novas metas. Hayes, Strosahl e Wilson (1999) propõem na ACT (Acceptance and Commitment Therapy) solapar a ligação entre eventos públicos e privados, e estabelecer diretamente novos objetivos.

Outra alternativa é criar habilidades sociais, uma vez que os reforços, em sua maior parte, dependem de interação social e também das maneiras de lidar com estímulos aversivos. Na nossa cultura hoje (ou teria sempre sido assim?), parece ser necessário ensinar e discutir como evitar situações de confronto especialmente com pessoas com poder de controle sobre grupos específicos. As frases populares mostram claramente isto “se fulano, como amigo é perigoso, como inimigo, então, já viu...”. Muitas vezes as regras de “honestidade”, ou “dizer o que eu penso” implicam em meses de trabalho com o cliente para aprender novo repertório e perceber que essas regras podem levar à punição. Nessa análise está em jogo o próprio repertório e o repertório do outro, que pode ser mesquinho, invejoso, vingativo, e querer exercer poder, retirar um competidor da situação ou simplesmente conseguir reforçadores para si próprio. O cliente precisa aprender a ver essas situações para aprender a lidar com elas, evitar consequências aversivas tardias e portanto sofrimento desnecessário.

Considero que pessoas criadas em situação

de risco, de ameaça de estímulos aversivos ou que possuem regras de respeitar autoridade têm um longo percurso de aprendizagem. Como Russell salienta criticando e com ironia "porque o trabalho é um dever, as pessoas não devem receber salários proporcionais à sua produção, mas à virtude demonstrada em seu esforço" (1935/2000, p. 28). É uma situação instigante, e com a qual nos defrontamos constantemente em sessões terapêuticas, verificar a condição difícil enfrentada pelos jovens em seus empregos. É freqüente observarmos que um profissional "explora" seus próprios colegas. O mundo mudou ou mudamos nós? Novamente o destaque da análise deve recair sobre o contexto e sobre os múltiplos controles existentes.

Outra maneira de enfrentar a situação é aprender a não se expor. Identificar rapidamente a manipulação e responder ou não, de acordo com a situação e com a possível consequência atual ou futura. Geralmente, o enfrentamento direto não produz reforçadores em situações com múltiplas contingências, especialmente quando públicas. Há um exemplo que considero belo no livro *O físico*, de Gordon (1986/2000). Após conviver em uma caravana com várias pessoas, e buscar fatos e explicações que parecessem coeren-

tes para suas atitudes e detalhes mentirosos (fazia-se passar por judeu, para entrar em escola de medicina), o herói do livro, aprendeu por observação uma frase. Sem se expor, quando perguntavam com o que iria negociar, respondia: "um pouco disso um pouco daquilo...". Nesse caso, o que é relevante não é só a frase, mas a maneira de falar, olhar e tom de voz.

Concluiria afirmando que aprender sob esquema de punição é uma aprendizagem que deixa condicionamentos respondentes quase automáticos e de difícil controle em inúmeras situações. Com isto, quero dizer, que a resposta mais provável é inadequada, pois é resultante de uma história de ameaças, como inúmeros romancistas descrevem em detalhes. Nesse sentido, a biblioterapia é um excelente auxiliar do terapeuta, bem como a utilização de filmes. Ver e comentar, analisar em detalhes as alternativas possíveis dos personagens e as consequências obtidas para seus comportamentos, bem como as emoções identificadas são de grande ajuda para a análise. Lidar com história de punições e de ameaças de estimulação aversiva no cotidiano é, portanto, ainda uma área a desbravar.

Referências

- Assis, M. (1962) Quem conta um conto ... Contos fluminenses II. *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo: Editora Mérito S.A, 55-82.
- Dinsmoor, J.A.(1977) Escape, avoidance, punishment: Where do we stand? *Journal of experimental Analysis of behavior*, 28, 83-95.
- Dinsmoor, J. A. (1998). Punishment. Em: W. O'Donohue (org.) *Learning and behavior therapy*. Boston: Allyn e Bacon.
- Ferster, C.B.; Culbertson, S. e Boren, M.C.P. (1968/1977). *Princípios do comportamento*. (Trad. M. I. Rocha e Silva, M. A. C. Rodrigues e M. B. L. Pardo) São Paulo: Editora Hucitec/Edusp.
- Gordon, N. (1986/2000). *O físico: epopéia de um médico medieval*. (A. S. Rodrigues, Trad.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Hayes, S.C.; Strosahl, K.D. e Wilson, K.G. (1999). *Acceptance and commitment theory*. New York: Guilford
- Keller, F.S. e Schoenfeld W. N.(1950/1966) *Princípios de Psicologia* (C.M. Bori e R. Azzi, trad.). São Paulo: Editora EPU.
- Russell, B. (1935/2002). *O elogio ao ócio*. (P. Jorgensen Júnior trad.) Rio de Janeiro: Editora Sextante.

- Skinner, B.F. (1989). *Recent Issues in the Analysis of Behavior*. Columbus: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B.F. (1953/2000). *Ciência e comportamento humano* (R. Azzi e J.C. Todorov ,trad.). São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Todorov, J. C. (2001). Quem tem medo de punição?. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. III,1, 37-40.

Recebido em: 31.07.2002

Primeira decisão editorial em: 08.08.2002

Versão final em: 16.08.2002

Aceito em: 19.08.2002